

# Termo de Referência 52/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
52/2025	154044-FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL/AC	ARLEM VIEIRA CAVALCANTE	23/07/2025 12:40 (v 5.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23107.001661 /2024-45

## 1. Condições Gerais da Contratação

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, EXCETO TIC**  
**LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA**  
**(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23107.001661/2024-45)**

1.1. A presente contratação tem por objeto a Contratação de **serviços contínuos** de carregadores/estivadores de material, com o intuito de movimentação de bens na Instituição, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para esta contratação justifica-se pela **necessidade de contratações permanentes e frequentes** para dar suporte às atividades logísticas da Universidade Federal do Acre (UFAC), que demandam a movimentação contínua de bens diversos. O SRP, neste caso, enquadra-se nas hipóteses do art. 3º, incisos I e II, do Decreto nº 11.462, de 2023 , uma vez que permite a aquisição de serviços remunerados por unidade de medida (postos de trabalho) de forma mais eficiente e flexível, otimizando os recursos administrativos e garantindo a continuidade operacional das atividades-fim da instituição.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MENSAL	R\$ TOTAL ANUAL
1	Contratação de serviços de pessoal para as funções de carregadores/estivadores de material, com o intuito de movimentação de bens na Instituição, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	Posto 40h	8	R\$ 4.681,56	R\$ 37.452,48	R\$ 449.429,76

1.1.1 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

### **Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que trata-se de apoio operacional essencial ao funcionamento das atividades administrativas da instituição, especialmente na movimentação de bens e materiais entre setores, almoxarifado e unidades diversas, exigindo a prestação ininterrupta e regular. sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as características permanentes da demanda, a natureza contínua do serviço e os ganhos de eficiência administrativa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que recomenda a contratação por período superior a 12 (doze) meses para evitar descontinuidade e reduzir os custos com novos processos licitatórios frequentes.

### **Prazo de vigência**

1.4 O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 O objeto é classificado como serviço comum e contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme art. 6º, XXIII e art. 40, §1º, I da Lei nº 14.133/2021.

### **1.7. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

1.7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, será permitida a adesão, na condição de não participantes, de órgãos ou entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não tenham participado do respectivo procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), nos termos do art. 86, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.2 A previsão de adesão por órgãos ou entidades não participantes ao Sistema de Registro de Preços visa ampliar a economicidade e a eficiência da contratação pública, ao permitir que a Administração se beneficie de uma licitação previamente realizada, sem necessidade de repetir procedimentos administrativos já validados, respeitado o limite legal de ampliação quantitativa. Trata-se de mecanismo consagrado que evita retrabalho, favorece a padronização e amplia o acesso a preços mais vantajosos, resultando em maior racionalidade no gasto público.

1.7.3 Além disso, a possibilidade de adesão por entes da federação distintos do órgão gerenciador contribui para a disseminação de boas práticas, proporciona ganhos de escala e incentiva o planejamento cooperado entre diferentes níveis de governo. A previsão de tal permissão está em consonância com a busca por maior eficiência nas contratações públicas, conforme orientações da legislação e dos órgãos de controle.

1.7.4 As adesões deverão obedecer às regras, condições e limites estabelecidos na respectiva Ata de Registro de Preços, inclusive quanto às quantidades máximas admitidas para os itens registrados.

## **2. Fundamentação e descrição da necessidade**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025](#), conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

### 3. Descrição da solução como um todo

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. Requisitos da contratação

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade

4.1 É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.

4.1.1 A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que da consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente.

4.1.2 Orientar seus empregados a fazer uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo.

4.1.3 A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação.

4.1.4 A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seu Artigo 6º, no que couber.

##### Subcontratação

4.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

##### Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

- Natureza do Objeto Contratado: A contratação de serviços de carregadores/estivadores envolve mão de obra intensiva e não se trata de um fornecimento de bens ou execução de obras de grande vulto que possam demandar garantias para assegurar a conclusão ou qualidade do objeto contratado.

- Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra: O regime de dedicação exclusiva assegura maior controle sobre a execução do contrato, mitigando eventuais riscos de inadimplência da contratada, dado que o desempenho dos serviços será continuamente monitorado pela Instituição.

- Impacto nos Custos Contratuais: A exigência de garantia pode onerar o valor da contratação, refletindo em acréscimos financeiros no custo final do contrato, o que não se justifica no caso de serviços desta natureza, considerando que os riscos contratuais são considerados baixos.

##### Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.5 Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.5.1 Vigência da contratação - O prazo de vigência da contratação, terá duração limitada até a conclusão do processo licitatório definitivo para a prestação dos serviços, nos termos da legislação vigente. Podendo ser prorrogada exclusivamente na hipótese de comprovada necessidade decorrente de atraso justificado no processo

licitatório, observados os princípios da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público, com base no Art. 75, inc. VIII.

4.5.2 Padronização do serviço - Após consulta ao catálogo de itens padronizados, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, identificamos que o objeto a ser contratado não está no rol dos itens padronizados.

4.5.3 Requisitos de qualificação técnica - A contratada deverá apresentar comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados e com características similares ao objeto pretendido. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 01 (um) ano. Essa exigência justifica-se pela necessidade de a empresa comprovar a habilidade na gestão de mão de obra, garantindo a prestação de um serviço de qualidade.

4.5.4 Os serviços serão executados por profissionais dentro da abrangência e das atividades inseridas no Cadastro Brasileiro de Ocupações - CBO.

4.5.5 Os profissionais que comporão o quadro fixo da Contratada deverão ter perfil e competências compatíveis com as tarefas que lhe serão atribuídas, de modo que garantam o andamento da prestação dos serviços conforme o cronograma e a metodologia a serem firmados com a empresa e validados pela fiscalização contratual.

4.5.6 As atividades são de natureza meramente administrativa comum e não demandam a atuação dos servidores ocupantes dos cargos efetivos da Contratante, que atuam nas atividades administrativas de maior complexidade e responsabilidade.

4.6 Requisitos técnicos:

4.6.1 Os materiais de consumo e os equipamentos de proteção individual que serão utilizados na execução dos serviços, serão fornecidos integralmente pela CONTRATADA, fazendo parte da composição de custos, o que resultará numa melhor aplicação dos recursos materiais e financeiros empregados.

4.6.2 Não há necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, em virtude da baixa complexidade e natureza do objeto da presente contratação.

4.6.3 A CONTRATADA deverá utilizar profissionais habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, e que possuam os seguintes requisitos mínimos: I. Escolaridade mínima: ensino fundamental (1º grau) completo; II. Idade mínima de 18 anos completos; III. Desembaraço e boas maneiras no trato com o público interno e externo; IV. Competências comportamentais: senso de responsabilidade; cooperação; adaptabilidade; dinamismo; iniciativa e bom relacionamento para trabalhar em equipe.

4.7 Requisitos técnicos relacionados à legislação trabalhista:

4.7.1 Pagamento de parte dos valores mensais devidos à empresa contratada, correspondente às férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados alocados na execução dos serviços, em conta vinculada, com movimentação condicionada à autorização dos órgãos ou entidades contratantes, conforme disciplina na IN SEGES nº 5/2017;

4.7.2 O contratante não se vinculará às disposições contidas em ACT, CCT ou DCT que tratem do pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, na forma disposta no artigo 6º da IN SEGES nº 5, de 2017, observado o entendimento do Parecer nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017.

4.7.3 Os salários dos profissionais, não poderão ser inferiores aos que serão estabelecidos no Termo de Referência, em sentença normativa ou lei, acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho do sindicato aos quais os profissionais estejam vinculados.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: até [05] dias [da assinatura do contrato] ~~OU [da emissão da ordem de serviço];~~

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: Considerando a necessidade e em razão das demandas serem constantes e rotineiras, exigindo a disponibilidade do prestador durante todo o expediente da unidade atendida, a classificação do serviço a ser contratado é de natureza contínua com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da alínea a) do inciso XVI do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021. Além disso, por possuírem características usuais no mercado, que permitem uma especificação objetiva, os serviços são enquadrados como comuns.

5.1.5. Regime de execução - A presente contratação adotará como regime de execução a **empreitada por preço unitário**, em razão de se tratar de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra cujos quantitativos (postos de trabalho) são definidos por unidade, permitindo a medição e remuneração de acordo com a efetiva prestação dos serviços por posto, conforme a demanda da Administração. Esta modalidade garante maior flexibilidade, precisão no pagamento e transparência na gestão contratual.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Campus Sede da Universidade Federal do Acre, na Rodovia BR 364, Km 04 - Distrito Industrial, Rio Branco - AC, 69920-900, e em seus espaços e dependências.

5.2.1. Observação: Quando o serviço for realizado em outro endereço que não foi mencionado acima o transporte dos prestadores será de responsabilidade da Contratante.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.4 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Uniformes**

5.5. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregados.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.6 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. Modelo de Gestão do Contrato**

### **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Preposto**

### **Rotina de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.20. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.22. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.23. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)

6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

6.27. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.28. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

### **Fiscalização Administrativa**

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.1.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.33.1.1.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.33.1.2 entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.33.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e 6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.33.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.33.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

- 6.33.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 6.33.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- 6.33.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.;
- 6.33.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 6.33.1.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 6.33.1.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 6.33.1.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 6.33.1.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.33.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.
- 6.33.3. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.33.4. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.33.5. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.33.6. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.33.7. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item..
- 6.33.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.33.9 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.33.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.33.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- 6.33.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.



6.33.13. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.33.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.33.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.33.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.33.17. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.33.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.33.19. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.33.20. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.33.21. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022. 6.33.21. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

#### **Gestor do Contrato**

6.34. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.35. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.36. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.37. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.38. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.39. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI). 6.40. O gestor do contrato deverá enviar a documentação

pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de Medição e Pagamento**

### **7.1. Avaliação da execução contratual**

7.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo aprovado pela Administração, com base nas rotinas definidas no plano de fiscalização contratual.

7.1.2. Será indicada a retenção ou glosa proporcional no pagamento devido, sempre que constatadas, nos relatórios de fiscalização, as seguintes irregularidades:

- a) Não produção dos resultados contratados;
- b) Execução parcial ou com qualidade inferior à contratada;
- c) Utilização de materiais ou recursos humanos inadequados, ou em quantidade inferior à exigida.

7.1.3. A aplicação do IMR não impede a utilização de outros instrumentos de controle da execução contratual, inclusive auditorias e verificações diretas.

### **7.2. Do recebimento dos serviços**

7.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente a cada período mensal, mediante emissão de termos de recebimento detalhados pelos fiscais técnico e administrativo, conforme as competências atribuídas.

7.2.2. O fiscal técnico deverá:

- a) Acompanhar e avaliar a execução física dos serviços, conforme cronograma e condições contratuais;
- b) Apurar os resultados obtidos e a conformidade técnica da execução;
- c) Registrar ocorrências relevantes e elaborar relatório mensal técnico, com vistas à verificação de adimplemento das obrigações da contratada.

7.2.3. O fiscal administrativo deverá:

- a) Verificar a regularidade dos encargos trabalhistas, previdenciários e tributários da contratada, especialmente quanto aos empregados alocados;
- b) Confirmar o cumprimento das obrigações acessórias (vale-transporte, alimentação, etc.);
- c) Emitir relatório mensal administrativo, com sugestão de pagamento ou glosa parcial, conforme a documentação apresentada e as ocorrências registradas.

7.2.4. A entrega do termo de recebimento provisório, devidamente atestado pelos fiscais, será condição necessária para fins de liquidação da despesa.

7.2.5. O recebimento definitivo dos serviços ocorrerá até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, mediante verificação final da conformidade técnica e administrativa da execução contratual, com emissão de termo detalhado de aceite, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente.

### **7.3. Do pagamento**

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da liquidação da despesa, que observará:

- a) A entrega da Nota Fiscal ou Fatura correspondente;
- b) A apresentação da regularidade fiscal e trabalhista, preferencialmente via SICAF;
- c) O atesto de execução pelos fiscais técnico e administrativo do contrato.

7.3.2. Havendo pendência na execução dos serviços ou irregularidade na documentação apresentada, a liquidação e o pagamento serão sobrestados até a devida regularização, sem ônus adicional ao Contratante.

7.3.3. O pagamento será realizado mediante transferência eletrônica para a conta bancária indicada pela contratada no instrumento contratual, após emissão de ordem bancária pela unidade gestora.

7.3.4. Serão aplicadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, excetuadas as situações de dispensa legal, devidamente comprovadas pela contratada.

7.3.5. Em caso de atraso no pagamento por responsabilidade da Administração, o valor devido será atualizado monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, conforme índice legal aplicável.

#### **7.4. Antecipação de pagamento**

7.4.1. A presente contratação permite a antecipação de pagamento parcial, desde que previamente justificada e autorizada pela Administração.

7.4.2. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal hábil emitido pelo contratado.

7.4.3. A antecipação de pagamento estará condicionada à apresentação, pelo contratado, de garantia adicional no percentual de 30% (trinta por cento) do valor antecipado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, bem como à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

7.4.4. O contratado deverá restituir, com correção monetária, o valor antecipado nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, na proporção da parcela não executada.

7.4.5. A antecipação de pagamento não exclui a obrigatoriedade de ateste posterior da execução da parcela contratual correspondente ao valor adiantado, nos termos do contrato.

#### **7.5. Repactuação**

7.5.1. Os preços contratados poderão ser repactuados, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, após o interregno de 12 (doze) meses, contado:

a) para os custos com mão de obra, da data do início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta esteja vinculada;

b) para os custos decorrentes de mercado, da data da apresentação da proposta.

7.5.2. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data dos efeitos financeiros da última repactuação correspondente à mesma parcela de custos.

7.5.3. A repactuação deverá ser solicitada pelo contratado dentro do prazo de vigência contratual e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

7.5.4. O pedido de repactuação deverá vir instruído com:

a) Planilha de custos e formação de preços atualizada;

b) Demonstrativo da variação dos custos;

c) Instrumento coletivo atualizado (quando se tratar de mão de obra);

d) Justificativa detalhada da necessidade de repactuação.

7.5.5. O contratante terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da apresentação completa da documentação, para análise e decisão sobre o pedido de repactuação. Este prazo poderá ser suspenso caso o contratado não atenda integralmente às exigências de comprovação solicitadas pela Administração.

7.5.6. Caso deferido o pedido, a repactuação será formalizada por meio de apostilamento.

7.5.7. Os efeitos financeiros da repactuação retroagirão à data do fato gerador da variação de custos, desde que expressamente demonstrado e autorizado pela Administração.

7.5.8. Não serão admitidas, por ocasião da repactuação, inclusões de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto os que se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.5.9. A repactuação poderá tratar de forma isolada os custos com mão de obra e os custos decorrentes de mercado, observando-se a anualidade de cada item conforme suas datas-base específicas.

7.5.10. A Administração poderá promover repactuação ex officio quando verificar, por meio de estudo técnico ou manifestação da fiscalização, a necessidade de ajustar os valores contratados para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.5.11. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), com base na seguinte fórmula:

$$R = V \times (I - I) / I$$

Onde: R = Valor do reajustamento procurado; V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada; I = Índice inicial (IPCA) referente ao mês de apresentação da proposta; I = Índice (IPCA) referente ao mês de aplicação do reajustamento.

7.5.12. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. O contratado deverá apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5.13. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5.14. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.5.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.5.16. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.5.17. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.5.18. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.5.19. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.5.20. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.5.21. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.5.22. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.5.23. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (trinta) dias úteis, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.5.24. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.5.25. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.5.26. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.27. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.5.28. Caso o contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.5.29. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.5.30. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

## **7.6. Cessão de Crédito**

7.6.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação da Universidade Federal do Acre – UFAC, contratante neste processo.

7.6.2. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo firmado com a empresa contratada para prestação dos serviços de carregadores /estivadores.

7.6.3. Sem prejuízo do atendimento das obrigações contratuais por parte da contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também ficam condicionadas à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à demonstração de que este não se encontra impedido de contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente, inclusive conforme art. 12 da Lei nº 8.429/1992 e o Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.6.4. O crédito a ser pago à cessionária corresponderá exatamente ao valor que seria destinado à contratada pela execução do objeto contratual, sendo preservadas todas as cláusulas do contrato, inclusive as prerrogativas da Administração Pública relativas a glosas, penalidades, compensações, retenções e descontos legalmente aplicáveis.

7.6.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a total responsabilidade da empresa contratada, inclusive quanto à prestação de contas, entrega dos serviços e cumprimento dos encargos trabalhistas e legais.

7.6.6. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, que são regidas por dispositivo próprio.

## **7.7. Conta-Depósito Vinculada**

7.7.1. Para mitigar o risco de inadimplemento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS por parte da contratada, será adotado o regime de Conta-Depósito Vinculada, nos termos do Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, conforme autorizado pelo art. 1º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022.

7.7.2. Os custos relacionados à manutenção da conta-depósito vinculada, incluindo eventuais tarifas bancárias, serão integralmente suportados pela contratada. Tais valores poderão ser previstos na planilha de composição de preços apresentada pela licitante vencedora e, quando aplicável, debitados diretamente dos recursos depositados mensalmente na referida conta, respeitadas as condições acordadas em contrato e as orientações do órgão contratante.

## 8. Estimativas do valor da contratação

8.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 449.429,76 (quatrocentos e quarenta e nove mil , quatrocentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

8.2. Esse valor corresponde à projeção anual do custo com a contratação de 8 (oito) postos de trabalho de carregadores/estivadores, alocados de forma contínua para atendimento às demandas da Universidade Federal do Acre – UFAC, abrangendo as unidades administrativas e acadêmicas dos campi de Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

8.3. A estimativa considera todos os encargos sociais e trabalhistas incidentes, benefícios legais e obrigatórios previstos na convenção coletiva da categoria, bem como a remuneração mensal individual, os custos indiretos, tributos e o lucro da contratada, conforme planilha de composição de custos e formação de preços elaborada pela equipe de planejamento da contratação.

8.4. Os valores foram apurados com base em pesquisa de mercado, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133 /2021 e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, utilizando fontes diversas, como contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, consulta a sistemas oficiais (Painel de Preços, Compras.gov.br) e cotações formais com fornecedores do setor.

8.5. O valor estimado não representa dotação orçamentária autorizada, servindo exclusivamente como referência para o julgamento da vantajosidade das propostas a serem apresentadas no certame

## 9. Infrações e Sanções Administrativas

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

### 9.3. Multa:

9.3.1. Moratória, para a infração descrita na alínea “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

9.3.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.3.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

9.3.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

9.3.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação;

9.3.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

9.3.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

9.5. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.6. Antes da aplicação de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da sua intimação.

9.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.9.1. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente aos endereços de e-mail informados na proposta comercial e cadastrados no SICAF. 9.9.2. Esses e-mails serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações devidamente enviadas.

9.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração;
- b) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- c) Os danos causados à Administração;
- d) As peculiaridades do caso concreto;
- e) A existência de programa de integridade implantado pela contratada.

9.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, conforme o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

9.12. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, estendendo-se os efeitos das sanções à pessoa jurídica sucessora, empresa coligada ou seus administradores e sócios, observados o contraditório, a ampla defesa e a análise jurídica prévia.

9.13. O contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da aplicação da sanção, registrar e manter atualizadas as informações relativas às penalidades aplicadas nos sistemas oficiais: CEIS, CNEP, SICAF e PNCP.

9.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, conforme art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

9.15. Os débitos do contratado com a Administração, oriundos de multa e/ou indenizações não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados com créditos do contratado oriundos deste ou de outros contratos com o mesmo órgão, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

## 10. Forma e Critérios De Seleção e Regime

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

10.2. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**.

10.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na Convenção Coletiva de Trabalho, utilizada como paradigma.

a) salário-base e adicionais.

10.3.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.

10.3.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos.

10.3.3. Os valores orçados pela Administração constam na planilha de custos e formação de preços, anexa a este Termo de Referência.

10.4. Exigências de habilitação:

10.4.1. Serão exigidos os documentos previstos nos artigos 67 a 70 da Lei nº 14.133/2021, conforme aplicável ao objeto da contratação e às condições estabelecidas no edital e ou ITEM 4 deste TR.

10.4.2. A qualificação técnica-operacional será exigida mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando a aptidão da licitante para a execução de serviços de natureza e complexidade semelhantes aos contratados.

10.4.3. A qualificação econômico-financeira será exigida mediante apresentação do balanço patrimonial do último exercício social e da comprovação de índices financeiros mínimos, conforme critérios estabelecidos no edital ou no ITEM 4 deste TR.

10.4.4. Para efeito de habilitação, os licitantes deverão apresentar todos os documentos comprobatórios das exigências previstas no edital, sob pena de inabilitação.

10.5. O julgamento das propostas obedecerá ao disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e na regulamentação vigente, respeitados os critérios objetivos previamente definidos no edital.



## 11. Disposições Finais

11.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas, conforme previsto na legislação vigente.

11.2. O presente Termo de Referência foi elaborado com base no modelo aprovado pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, intitulado "Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021", com identidade visual e atualização realizada pela Secretaria de Gestão e Inovação, versão de abril de 2025.

## 12. ANEXO I

### ANEXO I

#### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local - UF, ..... de ..... de 20....

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ITALA NEY OLIVEIRA DA ROCHA**

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 23/07/2025 às 12:40:04.

**ARLEM VIEIRA CAVALCANTE**

Requisitante



Assinou eletronicamente em 23/07/2025 às 12:37:55.

